

EDITORIAL

Em agosto de 92 foi realizada a IX Conferência Nacional de Saúde, que reuniu profissionais e representantes da população na busca por melhores condições de saúde.

Tal evento, que envolveu um processo de preparação de dois anos, através das Conferências Municipais e Estaduais de Saúde, ocorre num momento bastante crítico do País: o escândalo da Presidência da República.

Em seu relatório final, a IX Conferência aponta a indignação vivida pela sociedade brasileira diante da "tragédia sanitária" a que o Governo Collor conduziu o País, realidade que se caracteriza pelo "completo desrespeito à vida, evidenciado pelos inaceitáveis e iníquos indicadores de saúde: baixa expectativa de vida, alta mortalidade infantil".

Com referência à ineficácia do sistema de saúde na resolução desses problemas, sistema esse cuja maior força se concentra na medicina privada, a Conferência reivindica o cumprimento da lei que assegura o direito universal à saúde. Entendendo que a questão da saúde não pode ser examinada de forma isolada, analisa a atual conjuntura, proclamando "Fora Collor".

Em face da crise a que assistimos, algumas questões merecem destaque: fizemos a dita "transição democrática", a Constituição está aí: saúde, educação, enfim as demandas sociais passam a ser garantidas por lei. Pergunta-se então: o

que mudou? Por que o Sistema Único de Saúde não foi devidamente implantado? Ausência de vontade política? Por que a saúde continua sendo tratada como mercadoria?

Todas essas questões não encontram resposta no plano político-institucional. Não basta reclamar moralidade num cenário em que desemprego e fome são a vergonha maior.

A superação da atual situação passa, necessariamente, por uma reestruturação do modelo econômico, modelo esse que tem na subordinação ao capital internacional, na exclusão das massas e no arrocho salarial a sua sustentação.

Somente a partir de uma mudança no eixo da produção, que priorize o desenvolvimento do mercado interno, ou seja, uma economia voltada para os interesses nacionais, é possível pensar na possibilidade de se garantir o atendimento às necessidades básicas da população, propiciando a alteração do dramático quadro social que nos assola hoje.